



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA EMAER/4SC3 Nº 214, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024.

Aprova a Instrução que dispõe sobre a
Organização e o Funcionamento da
Mobilização Aeroespacial.

O **CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**, no uso das atribuições inciso II, do Art. 20, do ROCA 20-5 “Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica”, aprovado pela Portaria GABAER/GC3 Nº 1.483, de 8 de agosto de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 410-3 que estabelece a “Organização e o Funcionamento da Mobilização Aeroespacial” no Comando da Aeronáutica, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar SERGIO ROBERTO DE ALMEIDA
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA



MOBILIZAÇÃO

ICA 410-3

**ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA
MOBILIZAÇÃO AEROESPACIAL**

2024

ANEXO I

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA MOBILIZAÇÃO AEROESPACIAL (ICA 410-3)

SUMÁRIO

	Art.
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	1º/10
Seção I - Finalidade	1º
Seção II - Âmbito	2º
Seção III - Prefácio	3º/9º
Seção IV - Conceituações	10
CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO	11/26
Seção I - Base Legal	11/20
Seção II - Base Doutrinária	21/26
CAPÍTULO III - ESTRUTURA	27/38
Seção I - Aspectos Organizacionais	27/30
Seção II - Mobilização Aeroespacial	31/34
Seção III - Áreas de Atuação	35/36
Seção IV - Suporte Informacional	37/38
CAPÍTULO IV - COMPETÊNCIAS	39/49
Seção I - Órgão de Direção Geral	39
Seção II - Órgãos de Direção Setorial	40
Seção III - Órgãos de Execução	41
Seção IV - Atribuições Específicas	42/49
CAPÍTULO V - ATIVIDADES DE PREPARO	50/72
Seção I - Gestão de Recursos Mobilizáveis	50/58
Seção II - Fomento à Base Industrial de Defesa	59/65
Seção III - Planejamento da Mobilização Aeroespacial	66/72
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS	73/75

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I Finalidade

Art. 1º Esta Instrução tem por finalidade estabelecer a Organização e o Funcionamento da Mobilização Aeroespacial, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Seção II Âmbito

Art. 2º A presente Instrução aplica-se às Organizações Militares do COMAER que integram a Mobilização Aeroespacial.

Seção III

Prefácio

Art. 3º A Mobilização Nacional, prevista na Constituição Federal (Art. 22, inciso XXVIII, e no Art. 84, inciso XIX) e amparada na Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007 e Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008 é o instrumento destinado a prover recursos complementares à Logística Nacional, em situações de Defesa Nacional.

Art. 4º O planejamento, coordenação e execução da Mobilização Nacional ficam a cargo do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), por meio de um conjunto de órgãos que atuam de forma sinérgica e integrada. O SINAMOB está estruturado nas áreas política (interna e externa), econômica, social, militar, psicológica, científico tecnológico, de segurança, de inteligência e de defesa civil.

Art. 5º No campo militar, o Ministério da Defesa (MD) é o responsável por conduzir as atividades de mobilização por meio da Mobilização Militar (SISMOMIL), a qual é integrada pela Mobilização Marítima (SIMOMAR), Mobilização do Exército (SIMOBE) e Mobilização Aeroespacial (SISMAERO), esta última de responsabilidade do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Art. 6º O COMAER, na busca pelo contínuo aprimoramento das atividades de Mobilização Aeroespacial e visando subsidiar seus processos de tomada de decisão, instituiu o SISMAERO, por meio da Portaria nº 13/GM3, de 05 MAR 1985 (e respectivas atualizações), a fim de organizar e disciplinar o assunto, estabelecendo sua estrutura, áreas de atuação, competências e atividades de preparo, culminando na edição da NSCA 410-1 (Portaria EMAER nº 82/4SC, de 30 OUT 2020).

Art. 7º A No ano de 2023, com o aperfeiçoamento das estruturas sistêmicas da FAB, estabelecido por meio da ICA 700-1 (implantação e gerenciamento de sistemas no COMAER), houve a revogação da NSCA 410-1, o que motivou a criação desta legislação.

Art. 8º As ações desempenhadas pelos integrantes da Mobilização Aeroespacial são essenciais para a viabilização e obtenção de recursos logísticos complementares (materiais, serviços, instalações e pessoal), em caso de decretação da Mobilização Nacional, consoante o arcabouço legal vigente.

Art. 9º Assim, a presente Instrução tem como objetivo estabelecer o relacionamento entre o Estado-Maior da Aeronáutica e os Órgãos de Direção Setorial e de Execução, no que se refere à orientação normativa, ao suporte técnico, ao monitoramento e controle, à execução das atividades de preparo da mobilização e à produção de informações gerenciais.

Seção IV

Conceituações

Art. 10 Para efeito desta Instrução, além dos termos estabelecidos no Glossário da Aeronáutica (MCA 10-4), os termos e expressões abaixo têm os seguintes significados:

I - Áreas de Atuação da Mobilização Aeroespacial: segmentos das Expressões do Poder Nacional que tratam de atividades que apresentam interesse para a Mobilização Aeroespacial. No COMAER são conduzidas pelos Órgãos de Direção Setorial, em coordenação com os Órgãos de Execução;

II - Base Industrial de Defesa (BID): conjunto integrado por empresas estatais e privadas, bem como organizações civis e militares, que realizem ou conduzam pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos de defesa no país;

III - Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID): é a Comissão que tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à Indústria Nacional de Defesa;

IV - Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE): é a classificação oficialmente adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na produção de estatísticas por tipo de atividade econômica, bem como pela Administração Pública, na identificação da atividade econômica em cadastros e registros de pessoa jurídica;

V - Empresa de Interesse da Mobilização (EIMOB): é a empresa que, em caso de Mobilização Nacional, tenha capacidade técnica e estrutural de fornecer produtos, serviços, instalações ou pessoal, necessários ao atendimento das necessidades logísticas das FA ou adaptar-se para suprir suas carências;

VI - Encomenda Educativa: encomenda de determinado item ou serviço de interesse da mobilização feita às indústrias mobilizáveis, a título de treinamento e como incentivo à produção, a fim de assegurar a capacitação da mão de obra e da própria indústria para a fabricação daquele item;

VII - Fase de Execução da Mobilização Aeroespacial: conjunto de atividades empreendidas e orientadas pelo COMAER com a finalidade de, compulsória e aceleradamente, transferir recursos e meios existentes ou passíveis de serem obtidos, no âmbito do Poder Aeroespacial, conforme planejado na fase de preparo;

VIII - Fase de Preparo da Mobilização Aeroespacial: conjunto de atividades planejadas, empreendidas e orientadas pelo COMAER, desde a situação de normalidade, buscando viabilizar a execução da Mobilização Aeroespacial, a partir do momento em que for decretada a Mobilização Nacional;

IX - Hipótese de Emprego (HE): antevisão de possível emprego das Forças Armadas em determinada situação ou área de interesse estratégico para a Defesa Nacional;

X - Lista de Necessidades (LN): é o documento que, elaborado por ocasião ou em decorrência dos planejamentos estratégicos, operacionais e táticos de determinada operação conjunta das FA, lista as demandas de toda ordem (pessoal, material, instalações, serviços e outras), agrupadas por função logística, para atender às operações planejadas, abrangendo tanto os recursos necessários ao início, como à sustentação das operações;

XI - Lista de Carências (LC): é o documento que, obtido do confronto entre necessidades e disponibilidades de recursos para determinada operação conjunta das FA, lista as demandas que ultrapassam a capacidade logística daquelas Forças. É filtrada em todos os escalões, integra os vários planos de mobilização militar e é a matéria prima da Mobilização;

XII - Logística Militar: conjunto de atividades relativas à previsão e provisão dos recursos e dos serviços necessários à execução das missões das Forças Armadas;

XIII - Logística Nacional: conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão dos recursos e meios necessários à realização das ações decorrentes da estratégia nacional;

XIV - Mobilização Aeroespacial: conjunto de atividades planejadas, coordenadas e executadas pelo COMAER, complementando a Logística Aeroespacial, de modo a capacitar o

Poder Aeroespacial a fazer frente a uma situação decorrente da iminência ou concretização de uma agressão estrangeira;

XV - Mobilização Militar: conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, desde a situação de normalidade, com o propósito de preparar a Expressão Militar do Poder Nacional para a passagem da estrutura de paz para a estrutura de guerra, visando fazer frente a uma situação decorrente da iminência ou concretização de uma agressão estrangeira;

XVI - Mobilização Nacional: é Conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira;

XVII - Plano de Mobilização Aeroespacial: é o documento elaborado pelo Órgão de Direção Geral, em coordenação com os Órgãos de Direção Setorial e de Execução, que especifica as ações inerentes às atividades de mobilização desenvolvidas no COMAER, destinadas ao atendimento das carências (necessidades não atendidas pela logística);

XVIII - Plano Setorial de Mobilização Aeroespacial: é o documento elaborado pelos Órgãos de Direção Setorial, em coordenação com os Órgãos de Execução, contendo as informações acerca das carências e ações decorrentes que serão adotadas em cada uma das respectivas áreas de atuação, em complemento à Logística;

XIX - Poder Nacional: é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais. Manifesta-se em cinco expressões: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica;

XX - Potencial Nacional: é o conjunto de recursos humanos e dos meios de que dispõe a Nação, em estado latente, passíveis de serem transformados em poder;

XXI - Sistema de Apoio à Decisão Logística e de Mobilização de Defesa (Sistema APOLO): é uma ferramenta de tecnologia da informação gerenciada pelo Ministério da Defesa, que integra dados e informações logísticas e dá suporte a três sistemas conceituais: Sistema de Logística e Defesa, Sistema de Mobilização Militar e Sistema Nacional de Mobilização;

XXII - Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SISCAPED): é um sistema de gestão do processo de credenciamento de Empresas de Defesa e Empresas Estratégicas de Defesa, e de classificação de Produtos de Defesa e Produtos Estratégicos de Defesa, sob a responsabilidade da Comissão Mista da Indústria de Defesa;

XXIII - Sistema de Mobilização Aeroespacial (SISMAERO): é uma estrutura organizacional de suporte, gerenciada pelo COMAER, que conduz atividades de interesse da Mobilização Aeroespacial. Trata-se de um subsistema setorial do Sistema de Mobilização Militar, no contexto da Mobilização Nacional;

XXIV - Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL): é o subsistema setorial do Sistema Nacional de Mobilização que atua na Expressão Militar do Poder Nacional. É composto pelo MD e FA, por intermédio dos seus respectivos subsistemas de mobilização; e

XXV - Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB): é conjunto de órgãos que atuam de modo ordenado e integrado, a fim de planejar e realizar todas as fases da Mobilização e da Desmobilização Nacionais.

CAPÍTULO II FUNDAMENTAÇÃO

Seção I Base Legal

Art. 11 A Mobilização Nacional possui amparo na Constituição Federal de 1988 (Art. 22, inciso XXVIII e Art. 84, inciso XIX), sendo o instrumento legal que tem o objetivo de planejar e coordenar ações estratégicas visando a celeridade no aumento de recursos humanos e materiais disponíveis para a Defesa Nacional, de forma a manter o país preparado para fazer frente a uma eventual agressão estrangeira.

Art. 12 A decretação da Mobilização Nacional é um ato de competência do Poder Executivo, com a autorização do Congresso Nacional.

Art. 13 Está regulamentada pela Lei nº 11.631, de 2007, e pelo Decreto nº 6.592, de 2008, os quais também criaram o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. Esse sistema é composto por um conjunto de órgãos que atuam de forma integrada no planejamento e execução da mobilização e da desmobilização nacionais, conforme sintetizado na figura 1.

Art. 14 Na mobilização, o Estado poderá, observando-se os limites e garantias previstos em lei, atuar nos fatores de produção públicos e privados, além de requisitar bens e serviços necessários para apoiar a condução das operações militares.

Art. 15 A Lei de Mobilização Nacional, em seu parágrafo único do Art. 4º, especifica as medidas necessárias para a execução da mobilização, dentre elas:

I - a convocação dos entes federados para integrar o esforço nacional da Mobilização Nacional;

II - a reorientação da produção, da comercialização, da distribuição e do consumo de bens e da utilização de serviços;

III - a intervenção nos fatores de produção públicos e privados;

IV - a requisição e ocupação de bens e serviços; e

V - a convocação de civis e militares.

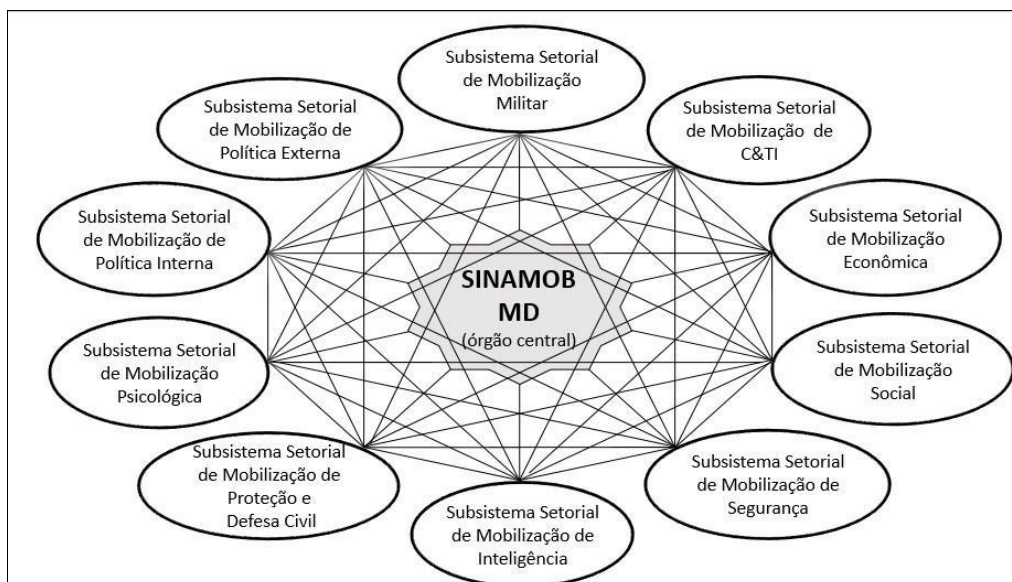


Figura 1 - Estrutura do SINAMOB

Art. 16 O Comitê do SINAMOB, colegiado de caráter deliberativo formado pelos órgãos supramencionados, deve assegurar a integração das capacidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, possibilitando a coordenação e o fluxo de informações entre os seus integrantes.

Art. 17 A Política de Mobilização Nacional traz orientações, compostas de objetivos e diretrizes governamentais, que visam impulsionar o Estado brasileiro, e respectivos atores públicos e privados, no desenvolvimento de suas atividades em proveito da mobilização.

Art. 18 A Política de Mobilização Militar e a Doutrina de Mobilização Militar, ambas do MD, estabelecem objetivos e diretrizes, bem como a concepção doutrinária, a serem consideradas pelo MD e FA no preparo e na execução da mobilização e da desmobilização militares. Além disso, o Manual de Mobilização Militar, do MD, dispõe sobre os fundamentos doutrinários que orientam os processos relativos ao assunto em comento.

Art. 19 O Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL) integra o SINAMOB e atua na Expressão Militar do Poder Nacional, a fim de atender às necessidades das FA, complementando a logística militar. Esse sistema é composto pelo MD e FA, por meio dos seus respectivos sistemas de mobilização (SIMOMAR, SIMOBE e SISMAERO), conforme disposto na figura 2.

Art. 20 A nomenclatura SISMAERO foi mantida por ser um termo consagrado no âmbito do MD e demais Forças, no contexto da Mobilização Militar, ainda que se trate de um suporte organizacional e informatizado da FAB às atividades da Mobilização Aeroespacial.

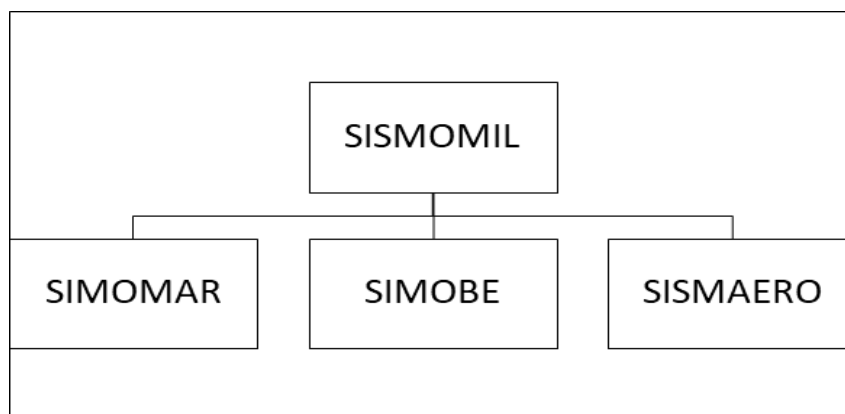


Figura 2 - Estrutura do SISMOMIL

Seção II

Base Doutrinária

Art. 21 A metodologia utilizada na Mobilização Militar é semelhante à Logística Militar e segue o seguinte ciclo: determinação das necessidades, obtenção e distribuição. Entretanto, a mobilização atuará de forma compulsória e com maior celeridade, a fim de prover a complementação das necessidades de recursos para a condução das operações militares de defesa e de manutenção da soberania nacional.

Art. 22 A Capacidade de Mobilização, na Expressão Militar, é o grau de aptidão que têm as FA para absorverem ou se beneficiarem com os recursos humanos e com os materiais e serviços que a Nação coloca ao seu dispor, em face da concretização de uma hipótese de emprego.

Art. 23 A Doutrina de Mobilização Militar estabelece que a obtenção dos recursos logísticos de instalações, materiais e serviços, para fins de mobilização, a ser regulamentada por

meio do Decreto de Mobilização Nacional e seus anexos ou definida em lei específica, poderá ser realizada por intermédio de um dos seguintes métodos:

I - doação: concessão de recurso por parte do proprietário, de forma gratuita;

II - pedido: solicitação formal a órgão de suprimento ou prestador de serviços, segundo normas específicas;

III - compra: processo de aquisição de bens, fornecidos voluntariamente pelo proprietário mediante ressarcimento de importância ajustada, à vista ou a prazo, sendo esse o processo preferencial a ser adotado;

IV - contratação de serviço: processo indenizável utilizado para a formalização da prestação de determinado serviço;

V - desenvolvimento: processo de especificação, projeto, teste e produção direcionado ao atendimento de uma necessidade específica;

VI - troca: processo de aquisição de bens e serviços cedidos voluntariamente, mediante ressarcimento por outros bens e serviços;

VII - empréstimo: processo de obtenção de bens cedidos voluntariamente pelo proprietário, sem ônus para o utilizador, devendo tais bens serem restituídos ao proprietário depois de interrompidas as necessidades de sua utilização, em princípio, no estado em que se encontravam ao serem emprestados;

VIII - arrendamento mercantil: operação na qual uma das partes cede o uso de um ou mais bens mediante o pagamento, pela outra, de prestações periódicas, sendo usual que, ao final do contrato, o arrendatário tenha opção de compra dos bens;

IX - transferência: processo para realizar o remanejamento de materiais, instalações ou animais entre organizações militares e órgãos públicos;

X - tributação: impostos extraordinários para, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988), atender despesas decorrentes de guerra externa ou sua iminência;

XI - requisição: imposição do fornecimento, em caráter transitório e auto executório, de materiais, instalações, animais e serviços, mediante ordem escrita e assinada por autoridade competente, sendo o ressarcimento realizado posteriormente, se houver danos; e

XII - confisco: em caso de mobilização, é a apropriação, em favor do Estado, de forma controlada, nos termos da lei, sem ressarcimento, para utilização em prol do esforço militar a ser empreendido, a fim de suprir as carências logísticas necessárias à condução das operações militares.

Art. 24 A doutrina também prevê que a obtenção de recursos humanos poderá ocorrer por intermédio de um dos seguintes métodos: movimentação de pessoal, treinamento, concurso, formação, convocação, contratação ou recrutamento.

Art. 25 A mobilização militar é constituída de duas fases: preparo e execução.

§ 1º As atividades desenvolvidas na fase de preparo da mobilização visam alinhar as políticas de desenvolvimento e as de defesa de maneira a minimizar os impactos na sociedade por ocasião da sua execução.

§ 2º As seguintes atividades poderão ser empreendidas durante a fase de preparo.

I - colocação de encomendas educativas nas indústrias da BID;

II - formação e cadastramento de reservas mobilizáveis aptas;

III - incrementos de pesquisa e desenvolvimentos tecnológicos de interesse dual (militar e civil);

IV - busca de padronização e nacionalização de materiais e itens de interesse militar para emprego dual;

V - especificação e acompanhamento de fontes produtoras de material de defesa;

VI - seleção e cadastramento de empresas públicas e privadas de interesse da mobilização;

VII - proposta de legislação especial para os casos de excepcionalidade, visando dar suporte jurídico às atividades de mobilização militar;

VIII - mapeamento e atuação nos planejamentos estratégicos dos governos federal, estadual e municipal, de modo que contemplem recursos passíveis de serem utilizados pelas FA em caso de mobilização militar; e

IX - execução de exercícios de mobilização de recursos humanos, materiais, de serviços e de instalações, com o intuito de adestrar o sistema de mobilização militar e levantar dados, custos e soluções para as tarefas críticas previstas nos planejamentos estratégico e operacional.

§ 3º A execução da Mobilização Aeroespacial, no contexto da Mobilização Militar, buscará transferir, de forma compulsória e célere, os recursos e meios disponíveis ou passíveis de serem obtidos por qualquer método em todas as Expressões do Poder Nacional, conforme planejado na fase de preparo.

§ 4º Nessa fase, as medidas e ações de caráter excepcional que passarão a vigorar em relação ao recebimento e à utilização apropriada dos recursos e meios a serem transferidos da Nação para a Expressão Militar do Poder Nacional, serão reguladas por diretrizes expedidas pelo Ministro da Defesa e pelos Comandantes das FA, em consonância com o Decreto de Mobilização Nacional.

§ 5º As seguintes atividades poderão ser empreendidas durante a fase de execução:

I - aprovação de legislação especial para os casos de excepcionalidade, inclusive aquela já formulada e não aprovada na fase de preparo;

II - desenvolvimento de campanhas visando obter o apoio interno e externo idealizados nos planejamentos para fazer face à Hipótese de Emprego das FA;

III - convocação, incorporação e destinação dos recursos humanos, de acordo com os planejamentos supracitados;

IV - mobilização de indústrias, instalações e órgãos logísticos de interesse militar, dentro dos limites fixados em lei; e

V - participação de integrantes da Mobilização Aeroespacial no Centro de Coordenação Logística e Mobilização (CCLM) do MD, compondo a coordenação de mobilização.

Art. 26 A desmobilização consiste no retorno gradual à situação de normalidade, sem prejuízos à vida nacional e à infraestrutura do país. Nessa ocasião, atos normativos regularão as medidas de garantias, reparações ou indenizações devidas aos recursos mobilizados.

CAPÍTULO III ESTRUTURA

Seção I Aspectos Organizacionais

Art. 27 O COMAER, por meio de sua estrutura organizacional, tem por finalidade preparar os órgãos operacionais e de apoio da Aeronáutica para o cumprimento de sua destinação constitucional.

Art. 28 As ações desenvolvidas pela Mobilização Aeroespacial buscam o máximo de sinergia e efetividade e devem estar alinhadas com as principais atividades de suporte exercidas pela Força Aérea em proveito de sua missão-síntese.

Art. 29 A interdependência entre a Logística e a Mobilização vincula à Mobilização Aeroespacial os órgãos que realizam tarefas logísticas, permitindo serem orientados e coordenados, igualmente, para as atividades de mobilização.

Art. 30 A estrutura da Mobilização Aeroespacial está baseada na própria estrutura organizacional do COMAER.

Seção II Mobilização Aeroespacial

Art. 31 O Sistema de Mobilização Aeroespacial, como uma estrutura de suporte à Mobilização Aeroespacial, integra o SISMOMIL, o qual é um dos sistemas integrantes do SINAMOB, conforme representado na figura 3.

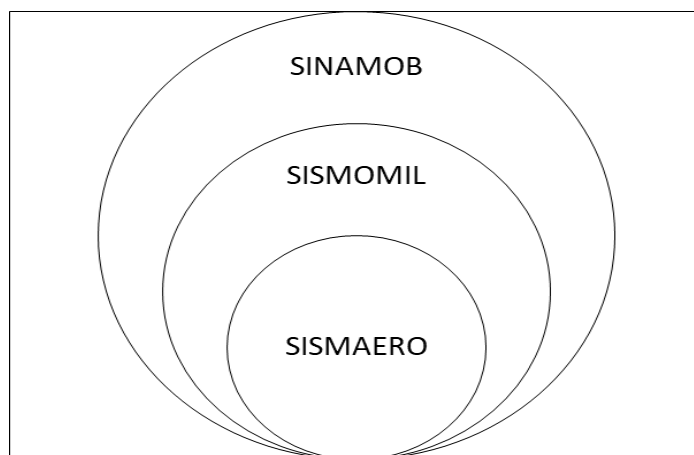


Figura 3 - Sistemas de Mobilização

Art. 32 O SISMAERO tem por finalidade assegurar o planejamento, a coordenação e a execução de atividades relativas à mobilização e desmobilização aeroespaciais, em complemento à logística, a fim de atender às necessidades da Força Aérea em situações de Defesa Nacional.

Art. 33 O SISMAERO é composto pelos Órgãos de Direção Geral, Setorial e de Execução, todos pertencentes à estrutura organizacional do COMAER, com constituições e competências definidas em legislações próprias. A estrutura funcional do SISMAERO está disposta radialmente, conforme a figura 4.

§ 1º O Órgão de Direção Geral da Mobilização Aeroespacial é o Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).

§ 2º Os Órgãos de Direção Setorial da Mobilização Aeroespacial estão descritos a seguir:

I - Comando-Geral de Apoio - COMGAP;

II - Comando-Geral de Pessoal - COMGEP;

III - Comando de Operações Aeroespaciais - COMAE;

IV - Comando de Preparo - COMPREP;

V - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA;

VI - Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA; e

VII - Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica - SEFA.

§ 3º Os Órgãos de Execução da Mobilização Aeroespacial são compostos pelas OM da FAB subordinadas a cada ODS, considerando sua posição na estrutura do COMAER e de acordo com suas competências em relação às áreas de atuação da Mobilização Aeroespacial.

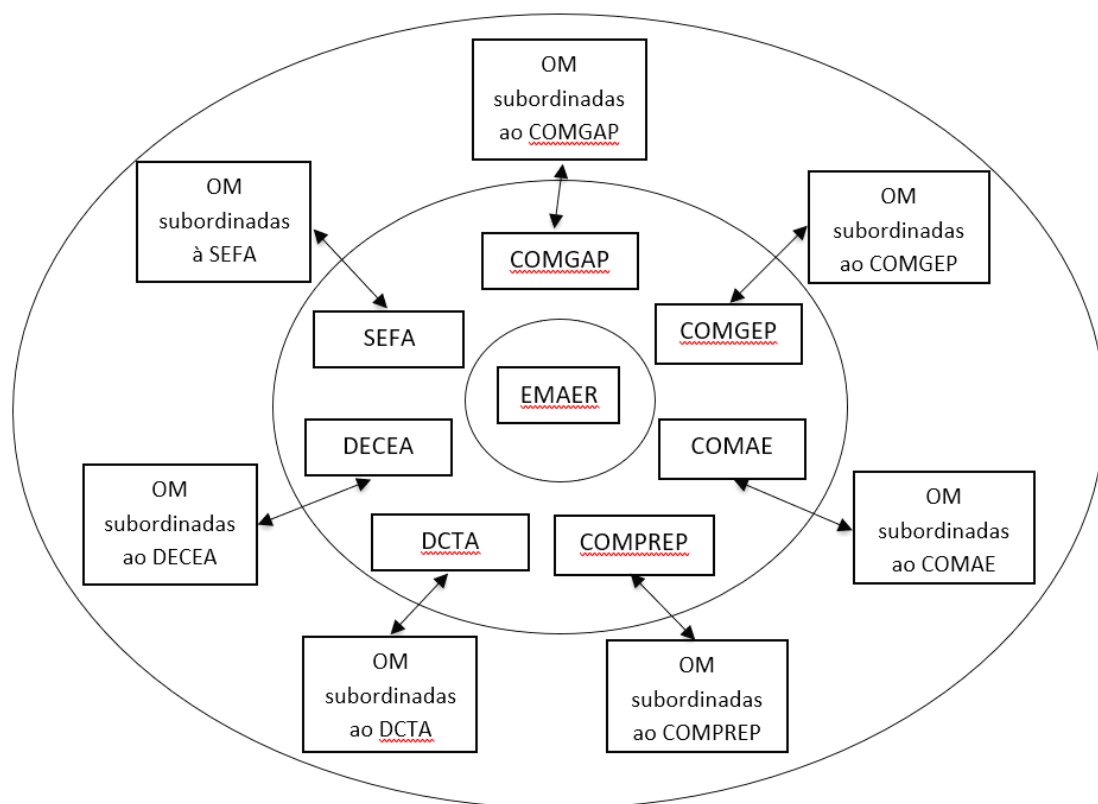


Figura 4 - Estrutura funcional do SISMAERO

Art. 34 Além dos órgãos supracitados, outros órgãos do COMAER poderão, de acordo com a necessidade e o interesse da administração, complementar as atividades da Mobilização Aeroespacial.

Seção III Áreas de Atuação

Art. 35 As Áreas de Atuação da Mobilização Aeroespacial e respectivos ODS estão descritos abaixo e sintetizados na tabela 1.

I - Pessoal: é a área na qual ocorrerão gestões ligadas ao gerenciamento de recursos humanos (militares e civis), da ativa e da reserva, as quais contemplem atividades de coordenação e controle das competências existentes na FAB, incluindo o serviço militar e a reserva mobilizável. O ODS nessa área de atuação é o COMGEP.

II - Saúde: é a área na qual ocorrerão gestões ligadas à suportabilidade logística de materiais e serviços médicos e hospitalares do segmento de saúde. O ODS nessa área de atuação é o COMGEP.

III - Apoio ao Homem: é a área na qual ocorrerão gestões ligadas à suportabilidade logística de materiais e serviços de subsistência, hotelaria, transporte de superfície, provisões, fardamento e apoio à logística de campanha. O ODS nessa área de atuação é a SEFA.

IV - Infraestrutura: é a área na qual ocorrerão gestões ligadas à suportabilidade logística de materiais e serviços da função logística engenharia, além de patrimônio e contra incêndio, de forma a complementar as infraestruturas existentes na FAB. O ODS nessa área de atuação é o COMGAP.

V - Material Aeronáutico e Bélico: é a área na qual ocorrerão gestões ligadas à suportabilidade logística de materiais e serviços das funções logísticas suprimento e manutenção dos meios Aeroespaciais e de Força Aérea necessários ao preparo e emprego da FAB. O ODS nessa área de atuação é o COMGAP.

VI - Tecnologia da Informação: é a área na qual ocorrerão gestões ligadas à suportabilidade logística de materiais e serviços de tecnologia e segurança da informação e defesa cibernética. O ODS nessa área de atuação é o COMGAP.

VII - Transporte Logístico: é a área na qual ocorrerão gestões ligadas à suportabilidade logística de materiais e serviços da função logística transporte, no contexto multimodal. O ODS nessa área de atuação é o COMGAP.

VIII - Ciência e Tecnologia: é a área na qual ocorrerão gestões ligadas à pesquisa e ao desenvolvimento de soluções científico-tecnológicas e inovadoras, no contexto das atividades aeronáuticas e aeroespaciais de interesse do COMAER. O ODS nessa área de atuação é o DCTA.

IX - Controle do Espaço Aéreo: é a área na qual ocorrerão gestões ligadas à suportabilidade logística de materiais e serviços relacionados ao controle do espaço aéreo e à segurança da navegação aérea. O ODS nessa área de atuação é o DECEA.

X - Sistemas Espaciais: é a área na qual ocorrerão gestões ligadas à suportabilidade logística de materiais e serviços relacionados aos sistemas espaciais. O ODS nessa área de atuação são o COMAE e o DCTA.

Áreas de Atuação	ODS
PESSOAL	COMGEP
SAÚDE	
APOIO AO HOMEM	SEFA
INFRAESTRUTURA	COMGAP
MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO	
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
TRANSPORTE LOGÍSTICO	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	DCTA
CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO	DECEA
SISTEMAS ESPACIAIS	COMAE e DCTA

Tabela 1 - Áreas de Atuação e ODS

Art. 36 As gestões do COMPREP ocorrerão para fins de cadastramento e credenciamento de EIMOB, por meio das Bases Aéreas (especificamente o GSB, o GSAU e o GLOG), e de assessoria técnica ao EMAER.

Seção IV Suporte Informacional

Art. 37 O Sistema de Apoio à Decisão Logística e de Mobilização de Defesa - SADLMD, também conhecido como Sistema APOLO, é um software de integração de dados e informações logísticas que provê suporte ao Sistema de Logística de Defesa, ao SISMOMIL e ao SINAMOB.



Figura 5 - Sistema APOLO

Art. 38 O Módulo de Empresas Mobilizáveis (MODEMOB) é uma das funcionalidades do Sistema Apolo que contém a base de dados das Empresas de Interesse da Mobilização (EIMOB).

§ 1º O processo sistêmico de cadastramento e credenciamento das EIMOB é conduzido pelo MD e FA, mediante um programa de trabalho anual expedido pelo MD. Essa tarefa consiste na coleta, análise, processamento e validação de dados das empresas.

§ 2º Os níveis de operação do módulo MODEMOB no sistema APOLO, de acordo com as responsabilidades de cada OM, estão definidos da seguinte forma: nível 1 (MD), nível 2 (EMAER), nível 3 (ODS) e nível 4 (OM subordinadas aos ODS), conforme disposto na figura 6.

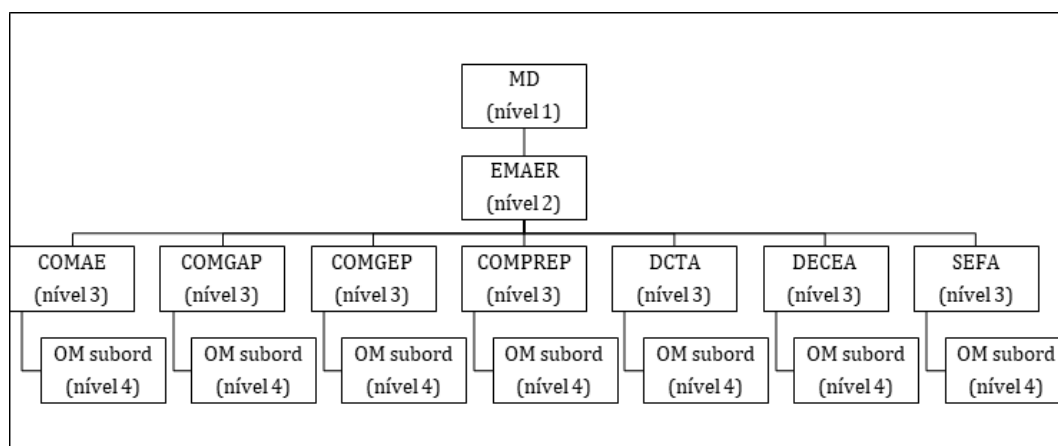


Figura 6 - Estrutura do COMAER no MODEMOB APOLO

CAPÍTULO IV COMPETÊNCIAS

Seção I Órgão de Direção Geral

Art. 39 Ao Órgão de Direção Geral (EMAER) compete:

I - promover o cumprimento das determinações do Órgão Central do Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL);

II - apoiar o Órgão Central do SISMOMIL na gestão da mobilização militar;

III - atuar junto aos Órgãos e Sistemas externos ao COMAER, a fim de garantir o funcionamento da Mobilização Aeroespacial;

IV - planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relativas à Mobilização Aeroespacial;

V - orientar e apoiar os ODS e Órgãos de Execução da Mobilização Aeroespacial no desenvolvimento de suas atividades;

VI - elaborar, aprovar e manter atualizadas as publicações inerentes à Mobilização Aeroespacial;

VII - confeccionar, mediante demanda do MD e em coordenação com os ODS, o Plano de Mobilização Aeroespacial;

VIII - enviar aos ODS as necessidades logísticas definidas nos planejamentos conjuntos coordenados pelo MD, a fim de identificar as carências logísticas da FAB;

IX - analisar as Listas de Carências (LC) produzidas pelos Elos, decorrente dos planejamentos conjuntos realizados pelo MD e FA;

X - supervisionar e orientar a coleta de dados pelos Elos em proveito do Plano de Mobilização Aeroespacial;

XI - gerenciar, no âmbito do COMAER, as atividades de cadastramento e credenciamento de EIMOB no sistema APOLO;

XII - implementar, quando necessário, Grupos de Trabalho e Equipes Técnicas destinados à elaboração de estudos, planejamentos e execução de tarefas inerentes à Mobilização Aeroespacial;

XIII - aprimorar a gestão do conhecimento inerente aos sistemas APOLO e SISCAPED;

XIV - cooperar com o MD no apoio e fomento às empresas da BID do Brasil;

XV - propor ao MD, quando pertinente, a atualização de legislações da área de Mobilização Nacional e Militar;

XVI - coordenar, junto aos ODS e Órgãos de Execução, a designação de representantes para atuar como assessores técnicos ao EMAER, no desenvolvimento de temas de interesse da Mobilização Aeroespacial;

XVII - disseminar a doutrina de Mobilização Aeroespacial na FAB e, quando pertinente, em outros órgãos públicos e privados;

XVIII - contribuir para o desenvolvimento do componente aeroespacial em

exercícios de Mobilização Militar conduzidos pelo MD;

XIX - manter o intercâmbio com órgãos públicos e privados em proveito das atividades de Mobilização Aeroespacial;

XX - coordenar, junto ao MD e no âmbito da FAB, as ações relativas à capacitação de recursos humanos na área de Mobilização Aeroespacial;

XXI - participar, quando pertinente, de simpósios, seminários, palestras e exercícios ligados ao tema de mobilização; e

XXII - promover, no âmbito da FAB, a divulgação de assuntos inerentes à Mobilização Nacional, Militar e Aeroespacial.

Seção II

Órgão de Direção Setorial

Art. 40 Aos Órgãos de Direção Setorial compete:

I - promover o cumprimento das determinações do EMAER;

II - coordenar, supervisionar, controlar e orientar o desenvolvimento das atividades da Mobilização Aeroespacial junto às OM subordinadas, nas respectivas áreas de atuação do ODS;

III - coordenar a elaboração do respectivo Plano Setorial de Mobilização Aeroespacial, de acordo com a sua área de atuação e com as orientações emanadas pelo EMAER;

IV - distribuir a Lista de Necessidades (LN), após recebimento do Órgão Central, para as OM subordinadas, a fim de que seja confeccionada a Lista de Carências (LC);

V - elaborar a Lista de Carência do ODS, em coordenação com as OM subordinadas, e encaminhá-la ao EMAER;

VI - interagir com os demais ODS, a fim de obter dados que contribuam para o atendimento de necessidades e/ou carências nas respectivas áreas de atuação da Mobilização Aeroespacial, que sejam úteis para a elaboração dos planejamentos setoriais;

VII - a identificar e cadastrar empresas que produzam bens e/ou serviços de interesse da Mobilização Aeroespacial, em sua respectiva área de atuação;

VIII - supervisionar e revisar as atividades de cadastramento e credenciamento de EIMOB efetuadas pelas OM subordinadas no sistema APOLO e encaminhar ao Órgão Central, conforme o cronograma previsto nas legislações vigentes;

IX - executar, quando necessário, o cadastramento e credenciamento de EIMOB no sistema APOLO;

X - contribuir para o fomento da BID brasileira, por meio de assessoria técnica ao processo de cadastramento de Empresas de Defesa e Estratégicas de Defesa (ED/EED) e classificação de Produtos de Defesa e Estratégicos de Defesa (PRODE/PED) conduzido pelo EMAER junto à Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID);

XI - propor, quando julgado pertinente, a criação ou atualização de normas e/ou procedimentos que possam incentivar e incrementar a indústria de defesa, no contexto da Mobilização Aeroespacial, encaminhando-as ao EMAER;

XII - disseminar a doutrina de Mobilização aeroespacial no respectivo ODS;

XIII - adaptar, quando necessário, a estrutura organizacional da OM, prevendo em

seus regulamentos e/ou regimentos a inclusão das atribuições ligadas à Mobilização Aeroespacial;

XIV - designar, mediante necessidade, integrantes do seu efetivo e/ou das OM subordinadas, para participar de Comissões, Grupos de Trabalho, Equipes Técnicas e Exercícios, destinados à condução de assuntos inerentes à Mobilização Aeroespacial; e

XV - promover, na sua área de competência, a divulgação de assuntos inerentes à Mobilização Nacional, Militar e/ou Aeroespacial.

Seção III

Órgãos de Execução

Art. 41 Aos Órgãos de Execução compete:

I - executar as atividades inerentes às respectivas áreas de atuação da Mobilização Aeroespacial;

II - identificar as carências em suas áreas de competência, por meio do confronto entre as necessidades e as disponibilidades dos meios logísticos, e produzir a Lista de Carências (LC);

III - coletar e armazenar as informações necessárias para a confecção do Plano Setorial de Mobilização Aeroespacial, conforme a sua área de atuação;

IV - propor ao respectivo ODS soluções alternativas para o equacionamento das carências logísticas identificadas;

V - operar o Módulo de Empresas Mobilizáveis (MODEMOB) do sistema APOLO, executando o cadastramento e credenciamento de EIMOB, conforme o cronograma previsto nas legislações vigentes;

VI - coletar, analisar e processar os dados das EIMOB, no sistema APOLO, que atendam as necessidades inerentes às respectivas áreas de atuação da Mobilização Aeroespacial;

VII - manter um banco de dados atualizado das empresas fornecedoras de materiais e serviços relacionados às áreas de atuação sob sua responsabilidade;

VIII - contribuir para o fomento da BID brasileira, por meio de assessoria técnica ao processo de cadastramento de Empresas de Defesa e Estratégicas de Defesa (ED/EED) e classificação de Produtos de Defesa e Estratégicos de Defesa (PRODE/PED) conduzido pelo EMAER junto à Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID);

IX - apoiar, quando demandado pelo EMAER ou ODS, as Reuniões Setoriais do SISMOMIL do MD, com infraestrutura e logística da OM apoiadora e/ou com indicação de representantes para o treinamento que ocorre na reunião;

X - realizar, quando demandado pelo EMAER, visitas às instalações de EIMOB, para levantamento das capacidades técnicas de produção, infraestrutura existente e possibilidades de adaptação em proveito da mobilização, a fim de atualizar o banco de dados do MODEMOB APOLO;

XI - participar, quando demandado pelo EMAER ou ODS, de Comissões, Grupos de Trabalho, Equipes Técnicas e Exercícios, destinados à condução de assuntos inerentes à Mobilização Aeroespacial;

XII - propor, quando julgado pertinente, a atualização de normas e/ou procedimentos ligados à Mobilização Aeroespacial e encaminhá-la ao respectivo ODS;

XIII - adaptar, quando necessário, a estrutura organizacional da OM, prevendo em seus regulamentos e/ou regimentos a inclusão das atribuições ligadas à Mobilização Aeroespacial; e

XIV - promover, na sua área de competência, a divulgação de assuntos inerentes à Mobilização Nacional, Militar e/ou Aeroespacial.

Seção IV **Atribuições Específicas**

Art. 42 As atribuições específicas complementam os artigos 50 e 51 e relacionam atividades ligadas às áreas de atuação dos ODS e OM subordinadas, em proveito do preparo da Mobilização Aeroespacial.

Art. 43 Compete ao COMGAP e OM subordinadas:

I - gerenciar as atividades de preparo da Mobilização Aeroespacial relacionadas às áreas de infraestrutura, engenharia, contra incêndio, material aeronáutico e bélico, tecnologia da informação e transporte logístico multimodal;

II - coletar, analisar e armazenar dados e informações de recursos mobilizáveis (materiais, serviços, instalações e pessoal) ligados às funções logísticas de suprimento e de manutenção de material aeronáutico e bélico, de transporte e de engenharia, aplicáveis ao preparo e emprego da FAB;

III - identificar estruturas e meios logísticos passíveis de adaptação e emprego em prol da infraestrutura de escopo operacional (pistas de pouso, pátios de estacionamento, hangares, paióis de armamento, depósitos de carga e armazenagem e afins) e de cunho administrativo (edificações em geral, rede de água e esgoto, redes de energia, suporte de tecnologia da informação e afins);

IV - promover ações que contribuam para a integração de modais de transporte (aéreo, rodoviário, ferroviário e aquaviário) em proveito do deslocamento de pessoal e carga de interesse do COMAER;

V - nacionalizar e padronizar os itens de suprimento aeronáutico, progressivamente, sem prejuízo da eficiência operacional da FAB; e

VI - criar e manter um banco de dados com informações referente às capacidades da aviação civil (aeronaves e infraestrutura).

Art. 44 Compete ao COMGEP e OM subordinadas:

I - gerenciar as atividades de preparo da Mobilização Aeroespacial relacionadas às áreas de saúde (gestões de saúde e atenção primária de saúde) e de pessoal (gestão da reserva mobilizável);

II - gerenciar o Serviço Militar na FAB, de modo a preparar e manter uma reserva qualificada para suprir as necessidades de mobilização da FAB;

III - manter atualizado o banco de dados com os reservistas da FAB, e suas respectivas competências, para utilização em caso de reconvocação;

IV - coletar, analisar e armazenar dados e informações de recursos mobilizáveis (materiais, serviços, instalações e pessoal) ligados à função logística de saúde;

V - identificar estruturas e meios logísticos (rede hospitalar, indústria farmacológica,

fábricas e escolas) passíveis de adaptação e emprego em prol das atividades essenciais de saúde; e

VI - criar e manter um banco de dados com informações referente às capacidades da aviação civil (recursos humanos).

Art. 45 Compete ao COMAE e OM subordinadas:

I - gerenciar as atividades de preparo da Mobilização Aeroespacial relacionadas à área de sistemas espaciais;

II - manter um banco de dados com as informações das principais empresas provedoras de serviços e materiais do segmento espacial; e

III - assessorar o EMAER nos assuntos ligados à mobilização de recursos humanos, infraestrutura, materiais e serviços aplicáveis ao emprego do poder aeroespacial.

Art. 46 Compete ao COMPREP e OM subordinadas:

I - gerenciar as atividades cadastramento e credenciamento das EIMOB no sistema APOLO, por meio das Bases Aéreas (a cargo do Grupo de Serviços de Base - GSB, Grupo de Saúde - GSAU e Grupo Logístico - GLOG); e

II - assessorar o EMAER nos assuntos ligados à mobilização de recursos humanos, infraestrutura, materiais e serviços aplicáveis ao preparo do poder aeroespacial.

Art. 47 Compete ao DCTA e OM subordinadas:

I - gerenciar as atividades de preparo da Mobilização Aeroespacial relacionadas à área de Ciência, Tecnologia e Inovação;

II - cooperar com os programas de pesquisa e desenvolvimento de soluções científico-tecnológicas e inovadoras, preferencialmente de uso dual, a fim de atender às demandas de interesse do COMAER;

III - contribuir para a autonomia nacional no desenvolvimento e sustentabilidade de produtos de defesa, por meio de iniciativas de desenvolvimento tecnológico nas ICT do COMAER e do fortalecimento da BID; e

IV - manter um banco de talentos de pessoal da área de CT&I que possam ser aproveitados em caso de mobilização.

Art. 48 Compete ao DECEA e OM subordinadas:

I - gerenciar as atividades de preparo da Mobilização Aeroespacial relacionadas à área do controle do espaço aéreo; e

II - coletar, analisar e armazenar dados e informações de recursos mobilizáveis (materiais, serviços, instalações e pessoal) ligados às atividades de controle e segurança da navegação aérea.

Art. 49 Compete à SEFA e OM subordinadas:

I - gerenciar as atividades de preparo da Mobilização Aeroespacial relacionadas à área de apoio ao homem (alimentação, hospedagem, transporte de superfície e logística de campanha);

II - coletar, analisar e armazenar dados e informações de recursos mobilizáveis (materiais, serviços, instalações e pessoal) ligados à função logística de recursos humanos (apoio ao homem); e

III - identificar estruturas e meios logísticos passíveis de adaptação e emprego em

prol das atividades de apoio ao homem (fábricas, escolas, hospitais etc.), bem como empresas que possuam capacidade de prestar apoios de alimentação e alojamento.

CAPÍTULO V **ATIVIDADES DE PREPARO**

Seção I **Gestão de Recursos Mobilizáveis**

Art. 50 A gestão de recursos mobilizáveis ocorre durante a fase de preparo, a qual caracteriza-se pela realização de atividades estratégicas que buscam viabilizar as ações de mobilização.

Art. 51 Dentre as ações a serem planejadas para a fase de preparo da mobilização depreendem-se o cadastramento e o credenciamento das indústrias, empresas ou estabelecimentos de interesse, bem como de estruturas físicas e locais que possuam a capacidade de prestar suporte às ações militares. O incremento do cadastramento e do credenciamento torna-se, portanto, atividade crucial para o planejamento da Mobilização Militar/Aeroespacial.

Art. 52 No contexto das Empresas de Interesse da Mobilização (EIMOB), considera-se a atividade de cadastramento como sendo a inclusão de dados de uma empresa considerada mobilizável no sistema APOLO. E, ainda, a atividade de credenciamento como sendo a homologação da empresa cadastrada no rol de empresas mobilizáveis, constante do sistema APOLO.

Art. 53 O sistema APOLO mantém um banco de dados com a relação de todas as empresas mobilizáveis, as quais são cadastradas e credenciadas pelas OM integrantes da Mobilização Aeroespacial e homologadas pelo MD. Esses dados estão ligados à capacidade de produção, mão de obra especializada e planta de instalação da EIMOB, bem como às possíveis condições para a reorientação da produção, distribuição e comercialização de bens e serviços.

Art. 54 O sistema APOLO também é uma fonte de alta relevância para as ações ligadas à mobilização, pois dispõe de provedores e órgãos estratégicos, georreferenciados, que contribuem sobremaneira para o planejamento e o processo de tomada de decisão.

Art. 55 O Ministério da Defesa promove anualmente um treinamento para militares e servidores civis no módulo de empresas mobilizáveis - MODEMOB, do sistema APOLO, a fim de capacitá-los a cadastrar e credenciar empresas de interesse no referido sistema. Esse evento, denominado Reunião Setorial do Sistema de Mobilização Militar, ocorre em diversas localidades do Brasil, com suporte logístico, de infraestrutura e de pessoal das três Forças Armadas.

Art. 56 O principal critério de seleção das empresas no MODEMOB APOLO baseia-se na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a fim de suprir as eventuais carências logísticas oriundas do Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA). As informações específicas sobre os critérios e procedimentos de cadastramento e credenciamento de EIMOB, bem como das classes de CNAE e ramos de atividades das empresas, constam no MD41-N-01, do Ministério da Defesa.

Art. 57 Os serviços, materiais e instalações relacionados às áreas de energia, comunicações, transporte e saúde devem ser alvos de gestões da Mobilização Aeroespacial, em função do elevado nível de dependência desses recursos essenciais. Ademais, empresas que possuam capacidade de prestar apoios de alimentação, alojamento, depósitos em geral, combustíveis, óleos e lubrificantes e paíóis de munição, também são de grande relevância.

Art. 58 As gestões ligadas ao controle de recursos humanos da reserva mobilizável também são essenciais na fase de preparo da Mobilização Aeroespacial. Os órgãos de administração, recrutamento e mobilização de pessoal (DIRAP, SEREP e SMOB) realizam o cadastramento e o controle da reserva mobilizável da FAB, por meio de uma plataforma de apoio à decisão, a qual é alimentada pelo Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES).

Parágrafo único. Esses dados contribuirão para o desenvolvimento e monitoramento de um banco de talentos que propicie as gestões de competências desses recursos humanos em proveito da Mobilização Aeroespacial.

Seção II

Fomento à Base Industrial de Defesa

Art. 59 As atividades de fomento à BID fazem parte das ações de preparo da Mobilização Aeroespacial, uma vez que as empresas da área de defesa serão essenciais para uma situação de Mobilização Militar/Aeroespacial. O MD trabalha na implementação de políticas e iniciativas que buscam associar a composição da capacidade operativa das FA à busca de autonomia tecnológica e ao fortalecimento da BID.

Art. 60 A Força Aérea, juntamente com as demais FA, integra a Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID) que tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à indústria nacional de defesa, buscando promover a integração entre o Ministério da Defesa e órgãos e entidades públicos e privados relacionados à BID.

Art. 61 A CMID é responsável por realizar a gestão do processo de credenciamento de Empresas de Defesa (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED) e de classificação de Produtos de Defesa (PRODE) e Produtos Estratégicos de Defesa (PED) no Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SISCAPED).

Parágrafo único. Na FAB, esses processos são coordenados pelo Estado-Maior da Aeronáutica, com assessoria técnica de Organizações Militares ligadas à área e à aplicabilidade do produto na Força Aérea.

Art. 62 O MD e as FA promovem gestões para que as empresas (ED/EED) desenvolvam e comercializem produtos de uso dual, de forma a atender tanto o segmento militar quanto o civil.

Parágrafo único. Essa gama de produtos (materiais, serviços e informações) e empresas existente na indústria nacional, além de impulsionar e fortalecer a BID, também poderá contribuir para suprir determinada carência logística no contexto de uma Mobilização Militar/Aeroespacial.

Art. 63 O fortalecimento da capacitação do país no campo da defesa é essencial e deve ser obtido com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico (tríplice hélice), voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação. O desenvolvimento da indústria aeronáutica e aeroespacial, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para prover os materiais e serviços de defesa, de forma tempestiva e efetiva.

Art. 64 As medidas de Mobilização Industrial serão conduzidas pelo Subsistema Setorial de Mobilização Econômica, em ligação com a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) do MD, de acordo com as demandas da Expressão Militar, a fim de suprir as necessidades não

atendidas pela Logística Militar.

Art. 65 O constante fomento à BID contribui diretamente para a logística nacional e militar e, conseqüentemente, poderá minimizar as eventuais carências logísticas identificadas nos planejamentos militares conjuntos.

Seção III

Planejamento da Mobilização Aeroespacial

Art. 66 O planejamento da Mobilização Aeroespacial deve ocorrer de forma metódica, contínua e permanente, considerando a legislação referente à Mobilização Nacional, as Hipóteses de Emprego das FA, a priorização do emprego dos produtos nacionais de defesa e a interoperabilidade entre as FA.

Parágrafo único. Todas as atividades de planejamento da Mobilização Aeroespacial demandarão constante sinergia dos integrantes do SISMAERO, SISMOMIL e SINAMOB.

Art. 67 A lista de necessidades (LN), produto do Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA) na fase de preparo, constitui a base para a geração das carências logísticas, após a análise criteriosa das estruturas logísticas da FAB. Esse conjunto de carências, denominado lista de carências (LC), torna-se a principal fonte de subsídios para a confecção do Plano de Mobilização Aeroespacial.

§ 1º O Plano de Mobilização Aeroespacial consolida as carências e respectivas ações decorrentes, registradas nos Planos Setoriais de Mobilização Aeroespacial, em conformidade com as Áreas de Atuação da Mobilização Aeroespacial.

§ 2º As carências de toda ordem serão agrupadas por função logística (engenharia, manutenção, recursos humanos, salvamento, saúde, suprimento e transporte), devidamente identificadas, quantificadas, qualificadas e precificadas, conforme modelo previsto no Manual MD41-M-03, do MD, a fim de facilitar o processo de tomada de decisão ligado às obtenções.

Art. 68 O Plano de Mobilização Aeroespacial permeará todos os níveis de planejamento das operações conjuntas (estratégico, operacional e tático). Com base nas carências logísticas serão desencadeados estudos e planejamentos de mobilização em todos os campos do Poder Nacional, com o propósito de identificar ações que venham a transformar o potencial existente em poder.

Art. 69 A FAB também buscará nos sistemas de apoio à decisão disponíveis a forma de obtenção dos recursos relativos às carências levantadas. Essas carências subsidiarão a orientação acerca de quais tipo de empresas, ramos de atividade ou CNAE de interesse devem ser priorizados em cada ciclo de processamentos.

Art. 70 Os órgãos governamentais da administração direta ou indireta, instituições científicas, estabelecimentos de ensino profissionalizante, empresas públicas e privadas podem, em decorrência de convênios, contratos e acordos ou programas de cooperação firmados pelo COMAER, participar de trabalhos de interesse das atividades de preparo da Mobilização Aeroespacial.

Art. 71 O ciclo da mobilização será finalizado com a distribuição do recurso mobilizado, em caso de não atendimento pelas linhas tradicionais da logística. As demandas que possam ser atendidas no prazo de até três anos não serão consideradas carências e comporão um planejamento logístico, o qual será informado ao MD.

Art. 72 O Plano de Mobilização Aeroespacial será consolidado no Plano Setorial de Mobilização Militar (PSMM). As carências não atendidas no âmbito do SISMAERO e do SISMOMIL serão encaminhadas ao Sistema Nacional de Mobilização em busca de soluções.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 73 As Organizações Militares ligadas à Mobilização Aeroespacial devem manter, em sua estrutura organizacional, as competências requeridas nesta Instrução, além de pessoal atualizado com os marcos legais e com as publicações de Mobilização Nacional e Militar.

Art. 74 As propostas de melhorias desta legislação poderão ser enviadas à Quarta Subchefia do EMAER (Seção de Mobilização Aeroespacial e Indústria de Defesa), com vistas ao contínuo aprimoramento de metodologias, processos e procedimentos ligados ao tema.

Art. 75 Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos à apreciação do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

ANEXO II

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. Brasília, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008. Regulamenta a Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007. Brasília, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.294, de 6 de setembro de 2010. Dispõe sobre a Política de Mobilização Nacional. Brasília, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 1.489/EMCFA/MD, de 3 de julho de 2015. Aprova a Política de Mobilização Militar - MD41-P-01 (2ª Edição/2015). Brasília, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 40/MD, de 23 de junho de 2016. Aprova a Doutrina de Logística Militar - MD42-M-02 (3ª Edição/2016). Brasília, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 45/MD, de 18 de julho de 2016. Aprova o Sistema de Mobilização Militar - SISMOMIL. Brasília, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Diretoria de Administração do Pessoal. Instruções para cadastramento e controle da reserva da Aeronáutica - ICA 33-19. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 84/GM-MD, de 15 de setembro de 2020. Aprova a Doutrina de Operações Conjuntas - MD30-M-01/Volumes 1 e 2 (2ª Edição/2020). Brasília, 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 4.115/GM-MD, de 8 de dezembro de 2020. Aprova o Regimento Interno da Comissão Mista da Indústria de Defesa. Brasília, 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 1.266/MD, de 11 de março de 2021. Aprova o Manual para o Planejamento da Mobilização Militar - MD41-M-03 (1ª Edição/2021). Brasília, 2021.

BRASIL. Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022 e alterações. Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica. Brasília, 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 5.807/MD, de 28 de novembro de 2022. Aprova o Manual de Mobilização Militar - MD41-M-02 (2ª Edição/2022). Brasília, 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 5.938, de 7 de dezembro de 2022. Aprova as Normas para o Cadastramento e Credenciamento de Empresas de Interesse da Mobilização - MD41-N-01 (2ª Edição/2022). Brasília, 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Estado-Maior da Aeronáutica. Implantação e Gerenciamento de Sistemas no Comando da Aeronáutica - ICA 700-1. Brasília, 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Estado-Maior da Aeronáutica. Plano Estratégico Militar da Aeronáutica - PCA 11-47. Brasília, 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa GM-MD nº 3.693, de 2 de agosto de 2024. Estabelece procedimentos administrativos para o credenciamento, descredenciamento e avaliação de empresas de defesa e empresas estratégicas de defesa, e para a classificação e desclassificação de produtos de defesa e produtos estratégicos de defesa. Brasília, 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa GM-MD nº 4.655, de 3 de outubro de 2024. Aprova a Doutrina de Mobilização Militar - MD41-M-01 (3ª Edição/2024). Brasília, 2024.